

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social -**
2 **SEDS/PR**
3 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**
4 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C' -**
5 **Palácio das Araucárias**
6 **CEP 80530-915**
7 **Curitiba - Paraná**



10 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CEAS/PR**
11 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINARIA CEAS/PR 18/07/2014**

15 Aos dezoito dias do mês de julho do ano de 2014 às 8h30min, em primeira convocação, no
16 auditório da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social/SEDS, no 7º andar do
17 Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Bairro Centro Cívico, em Curitiba-
18 PR, fizeram se presentes os Conselheiros que integram o **Conselho Estadual de Assistência**
19 **Social-CEAS/PR**, convocados especialmente para essa ocasião. Nesse momento inicial, o
20 **Conselheiro Leandro Meller** (Assessoria Técnica da SEDS) comunicou ao plenário quer pela
21 falta do Presidente e Vice, a **Secretária Executiva Helena N. Gimenez** iria formalizar a
22 primeira chamada dos Conselheiros. ***Auto Apresentação-Conselheiros – Marta Maria –**
23 **Reg. De Cascavel, Artur Andrade(NASA Reg. De Foz do Iguaçu), Erica Clarindo(Cáritras**
24 **Diocesana de Ponta Grossa), Denis César Musial(Reg. De Irati), Mileny Valério de Lima**
25 **(regional de Jacarezinho) Vanderlei Augusto da Silva(Regional de Cascavel), Rubens**
26 **Marcon(Regional de Maringá), Zilma Moraes de Oliveira(usuária – Re. De Maringá), Inês**
27 **Roseli Tonello(Reg. De Francisco Beltrão), Leandro Nunes Meller(SEDS), José Araújo**
28 **(Pastoral da Pessoa Idosa),Delvana Oliveira(SEED), Luciana Franco Silvestre(SEDS-**
29 **Escritório Regional de Ponta Grossa), Renata da Silva Lima(Usúaria de Sertaneja Regional de**
30 **Cornélio Procópio), Luciane Munhos D'Alécio(OAB – Regional de Campo Mourão), Tatiana**
31 **Possa Schafacheck-(CGS/SEDS), Lindalane Mazza Casas – (COHAPAR), Paulo Silvério**
32 **Pereira(APAE de Ibiporã – Regional de Londrina, Dra. Danielle Massignan Vieira(Núcleo**
33 **Jurídico da Administração/SEDS. *Total-16 Conselheiros *Suplentes-Terezinha Maria**
34 **Wolff(Regional de Paranaíba – Trab. Do Setor), Andréia Gomes dos Santos – Regional de**
35 **Paranaguá-Trab do Setor Maricléia Gemelli Chaves (Reg. De Laranjeiras do Sul). Desde logo foi**
36 **preciso proceder a indicação AD HOC da Presidência do CEAS/PR, de acordo com *Art.13 –**
37 **Paragrafo II do Regimento Interno. - “Na Primeira reunião da gestão, os trabalhos**
38 **serão conduzidos por um coordenador escolhido entre os novos Conselheiros.”** Na
39 oportunidade desse dia, essa escolha poderá recair sobre um integrante governamental ou da
40 Sociedade Civil. Na sequência, houve a manifestação do **Conselheiro Leandro** apontando que
41 este Conselho vem de um ano de expressiva condução da Sociedade Civil, dessa forma sugeriu
42 que pela lógica, hoje assim permanecesse e a **Conselheira Inês Roseli** para conduzir essa
43 Assembleia. A Conselheira agradeceu a indicação, sob aplausos do Plenário – **APROVADO**. Na
44 condição de **Presidente AD HOC** e representante da Sociedade Civil, **convidou o Conselheiro**
45 **Leandro Meller(SEDS) governamental** para conduzir a reunião ao seu lado, dando assim
46 paridade a mesa Diretora. Cumprimentando a todos, a Presidente pediu permissão aos
47 Conselheiros para ler um trecho do **Livro Sagrado – Eclesiastes – Capitulo 3 de 1 a 8 -**
48 **“Um tempo para cada coisa”,** que serviria como orientador do caminhar dessa nova gestão.
49 **“- Tudo tem seu tempo determinado, e há tempo para todo proposito debaixo do céu;**
50 **há tempo de nascer e tempo de morrer; tempo de plantar e tempo de arrancar o que**
51 **se plantou; tempo de matar e tempo de curar; tempo de derribar e tempo de edificar;**
52 **tempo de chorar e tempo de rir; tempo de prantear e tempo de saltar de alegria;**
53 **tempo de espalhar pedras e tempo de ajunta-las; tempo de abraçar e tempo de**
54 **afastar-se; tempo de buscar e tempo de perder; tempo de guardar e tempo de deitar**
55 **fora; tempo de rasgar e tempo de coser; tempo de estar calado e tempo de falar;**
56 **tempo de amar e tempo de aborrecer; tempo de guerra e tempo de paz!** Dividindo com
57 os Conselheiros, a Presidente AD HOC **Inês Roseli Tonello** garantiu ter adotado esses
58 enunciados como caminho para esse novo mandato. Produzir, deliberar, trabalhar sem medir os
59 passos, em prol daqueles que necessitam da Assistência Social. Registrada a chegada das
60 **Conselheiras Noemi Brittes**(Secretaria de Estado da Saúde), Mary Stela Bischof(Secretaria de
61 Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB), Alzenir de Fátima Santos(Secretaria de

62 Estado da Família e Desenvolvimento Social). Na sua vez, o **Conselheiro Leandro Meller**
63 (SEDS) augurou que essa plenária fosse a primeira de muitas outras reuniões proveitosas, e
64 que cada vez mais juntos os Conselheiros replicassem a somatória fantástica de ações até agora
65 levadas a efeito. ***Apreciação da pauta. *Inclusões – Cons.Tatiane** – Aprovação das ações
66 de 2014-2015 do Plano Estadual de Assistência Social. **Secretária Helena** – Convite para a
67 reunião do FONACEAS no final de agosto. ***Cons. Leandro** – Incluir para deliberação uma
68 solicitação de encaminhamento do CEAS para o CEDCA. ***Cons. Denis** – Pedido de providências
69 para o governo apresentar um panorama dos servidores por Coordenadoria e respectivos
70 Vínculos. Dirigindo-se ao **Conselheiro Denis**, o **Cons. Leandro** informou que na capacitação
71 que antecederá a próxima Assembleia, será dado um destaque para o quadro de servidores da
72 SEDS. - **Pauta Aprovada *Apreciação das Atas – Ata da Assembleia de junho/2014 –**
73 **Aprovada – Ata da Assembleia Extraordinária de Junho/2014** – Aprovada ***Informes da**
74 **Secretaria Executiva.** - Em 24/06/2014 – Processo 13.232.777-3 – APAE solicitando apoio
75 financeiro para o Congresso Estadual das APAES do Paraná. - Recebido MEMO. Nº139/2014 –
76 Esc.Regional de Laranjeiras do Sul, referente ao encaminhamento de formulário para o Cartão
77 Corporativo de Luiz Nabor Lenz e Maricléia Gemeli Chaves. - Recebido Memo Nº236/2014 – Esc.
78 Regional de Paranaíba, referente ao encaminhamento de formulário para o Cartão Corporativo
79 de Teresinha Maria Wof. - Recebido Memo. Nº039/2014 – Esc. Regional de Irati, referente ao
80 encaminhamento de formulário para o Cartão Corporativo de Denis Cezar Musial. - Ainda do
81 Esc. Regional de Guarapuava, memo nº110/14 encaminhando formulário para o Cartão
82 Corporativo de Dionéia Edlyng Maciel. - Diversos outros memorandos foram recebidos dos
83 escritórios Regionais de Paranaguá, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Maringá, Ponta Grossa,
84 Cascavel, Cianorte, 2 Londrina, 2 de Maringá, mais um de Paranaguá, Pitanga, Jacarezinho,
85 encaminhando os formulários para o Cartão Corporativo dos Conselheiros: Andréia Gomes
86 Santos, Alciany Maria Correa, Renata, Mileny Valério de Lima, Zilma Moraes de Oliveira, Rubens
87 Marcon, Erica Pilaeski Clarindo, Marlene Defaci, Marta dos Santos, Pedro Araujo, Silvia Hertz,
88 Ozório Brasil, Carlos da Silva, paulo Silvério Pereira, Maria Henrique de Carvalho, Maria
89 Auxiliadora, Rosilene Lavezzo Mello. Do CEAS de Minas gerais, ofício de agradecimento referente
90 ao convite enviado para a Reunião Ampliada do CEAS/PR. *Of. Nº 018-2014 CAS/CNAS
91 solicitando acompanhamento e documentos em relação ao Funcionamento do CMAS, dos
92 Municípios da região de Cascavel. *Of. Nº 162/2014 da Prefeitura Municipal de Figueira,
93 solicitando reconsideração para a Construção de CRAS daquele Município. *Ofício circular
94 nº006/2014 procedente da SESA, solicitando indicação para o Núcleo Estadual Intersetorial de
95 Prevenção da Violência da Saúde e da Cultura da Paz. *Em 10/07, a Conselheira suplente
96 Evandra, da SEPL, justificou sua ausência na reunião do CEAS, por motivo de férias. Registrada
97 a chegada das Conselheiras Marli Vaz Mussulini – (SETS) e Gladys Tortatto(SEDS). ***Comissão**
98 **de Financiamento e Gerenciamento do Fundo – Relator: Conselheiro Leandro.**
99 Protocolado n.º 132208611: Solicitação de recursos para reforma da Associação Vereense de
100 Idosos do município de Vere. A associação apresentou um ofício direcionado a secretaria de
101 Estado da Família pleiteando a liberação de recursos financeiros do FEAS para viabilizar a
102 reforma e a ampliação do espaço físico da entidade, sendo que este espaço se destina para o
103 atendimento da pessoa idosa do município de Verê desde os 90 e atualmente presta
104 atendimento para 225 idosos, e solicita recursos no montante de R\$65.685,11 o qual é
105 embasado em orçamento de empresa de engenharia. O processo foi relatado pelo conselheiro
106 Leandro, o qual informou que o recurso pretendido se destina a melhoria do espaço físico para
107 realização de um serviço tipificado de assistência social e que na legislação do Sistema único de
108 assistência social – SUAS cabe ao estado por intermédio do FEAS o cofinanciamento da política
109 de assistência ao município e que cabe ao município definir os critérios de partilha para o
110 cofinanciamento de entidades quando se tratar da execução de serviços. Após este relato inicial
111 foi aberto para o debate da comissão. Foi questionado sobre a ausência de documentos no
112 processo de demonstrem de forma efetiva que a referida entidade é uma organização de
113 assistência social que integra a rede local por ausência de documentos como é o caso da
114 inscrição no CMAS e no CMDI, o que dificulta uma análise conclusiva por parte da comissão se a
115 entidade teria ou não direito de participar dos critérios de partilha da rede do município. Foi
116 realizado um debate amplo sobre a competência do CEAS sobre o papel no financiamento de
117 serviços desenvolvidos pelas entidades. **Parecer da Comissão:** Tendo em vista que o
118 cofinanciamento de serviços desenvolvidos pelas entidades sociais é de competência do
119 município, deverá ser encaminhado resposta do conselho informando que, caso a entidade
120 tenha a sua documentação regular e esteja devidamente inserida na rede socioassistencial do
121 município ela poderá encaminhar a solicitação ao Município para que submeta ao CMAS para
122 deliberar dentro das normas estabelecidas para os critérios de partilha. **Parecer do CEAS:**

123 **Aprovado. Protocolado n.º 13.258.442-7: Solicitação de recursos para o Congresso**
124 **Estadual das Apaes do Paraná:** A APAE de Cascavel apresentou a solicitação de recursos
125 financeiros para a realização do 44º Congresso Estadual das APAES do Estado do Paraná que
126 será realizado no município de foz do iguaçu no dia 19 de novembro de 2014 direcionado para
127 1000 pessoas das apaes do estado do paraná e entidades coirmãs, totalizando 340 entidades a
128 serem beneficiadas. Trata-se de um evento de capacitação no qual a entidade apresentou um
129 plano de aplicação no valor de R\$ 339.340,60, sendo que deste valor seria solicitado o valor de
130 R\$ 167.930,00 para o Fundo Estadual de Assistência Social, R\$ 167.910,00 para o Fundo
131 Estadual da Infância e da Adolescência e em decorrência do ano eleitoral uma contrapartida da
132 entidade no percentual de 1% no total de R\$ 3.500,60 com recursos da APAE. Foi informado
133 que na questão financeira existe a possibilidade da destinação recursos da fonte 257 do FEAS
134 para atender esta demanda, também foi salientado que a iniciativa proposta é de capacitação e
135 qualificação o que estaria dentro das competências do Estado, o qual executa o Plano Estadual
136 de Capacitação e o Capacita-SUAS, sendo possível a autorização. Foi observado ainda que,
137 apesar de possível seria a primeira vez que o conselho financiaria um projeto neste porte. A
138 primeira questão apresentada foi trazida pelo conselheiro Denis sobre a possibilidade de incluir
139 na mesa principal uma palestra sobre um tema específico de assistência social que abrangesse
140 os 1000 participantes. Outra dúvida apresentada foi se a presente proposta seria realmente
141 interessante para as APAES do Estado, e a terceira dúvida foi a possibilidade do projeto integrar
142 as ações do PEC da Assistência Social, e neste sentido foi chamado a Conselheira Ines Roseli
143 para falar sobre o projeto. Quanto a possibilidade da palestra sobre o tema a resposta foi
144 favorável e sobre a SE A ação seria relevante para as apaes foi informado que o congresso é
145 grande importância para as APAES. Quanto a questão da inclusão no PEC a CGS apresentou
146 parecer favorável. **PARECER DA Comissão: Favorável a aprovação do repasse financeiro**
147 **de 50% do valor total do projeto mediante a devida contrapartida da entidade no**
148 **percentual de 1%, a disponibilização de vagas para conselheiros do CEAS e a inclusão**
149 **presente entre as ações do PEC. Parecer do CEAS: Aprovado o parecer da comissão**
150 **com a inclusão da disponibilidade de 10 vagas para participação do congresso a**
151 **conselheiros do CEAS sendo estas destinadas paritariamente a representantes da**
152 **sociedade civil e governamentais, assegurando a participação de no mínimo 6**
153 **conselheiros no Congresso Nacional com isenção da taxa de inscrição. Plano de Ação**
154 **2014:** Considerando a necessidade da aprovação do Conselho Estadual de Assistência Social em
155 aprovar o plano de ação 2014 dos recursos do Cofinanciamento Federal direcionado ao Fundo
156 Estadual de assistência Social no qual o CEAS estabelece critérios para aplicação destes
157 recursos dentro da Política Estadual de Assistência Social. Neste sentido o Sr. Pedro realizou a
158 apresentação das questões referentes ao plano, inicialmente explicando sobre a necessidade de
159 estabelecer índices para as metas físicas do estado do Paraná, bem como foi explicado a origem
160 dos valores dos parâmetros estaduais para a identificação da meta física. A sugestão do órgão
161 gestor estadual foi pela adesão das metas físicas no mesmo valor dos parâmetros, mas foi
162 questionado pelos conselheiros que devem ser adotadas estratégias para que as metas superem
163 os parâmetros, pois aceitar no mesmo parâmetro poderia gerar uma acomodação. Neste
164 sentido foi sugerido que o conselho pudesse fazer o aceite das metas físicas na referência dos
165 parâmetros mas que desenvolva estratégias de superação desta meta com iniciativas junto aos
166 Municípios e aos Escritórios Regionais para que as metas sejam superadas. Avançando a
167 apresentação, o senhor pedro informou que a outra tarefa do plano de ação seria indicar quais
168 as linhas em que o CEAS concorda com o investimento dos recursos dos IGD's e informou que
169 existem 15 linhas do IGD-PBF e 10 linhas do IGD-SUAS, salientando que obrigatoriamente
170 deveriam ser aceitas as linhas 15 e 25 que se refere a aplicação de 3% nas ações de controle
171 social, bem como informou que a opção do gestor estadual foi assinalar todos os itens para
172 possibilitar uma maior autonomia do CEAS na decisão da aplicação dos recursos. O Sr. Pedro
173 informou ainda que existe a necessidade de aceitar o atendimento ao piso de alta complexidade
174 II em um total de até 20 metas que possibilitarão o repasse de até R\$20.000,00mês e
175 240.000,00 para o ano para estas metas. **PARECER DA COMISSÃO: favorável a adesão ao**
176 **plano de ação nos termos termos propostos. Parecer do CEAS: Favorável ao parecer**
177 **da comissão solicitando apresentação dos índices no final do ano, a serem**
178 **apresentados pela CGS. O CEAS delibera pela aprovação do Plano de Ação 2014 do**
179 **MDS.** Protocolado n.º 13.028.419-1: Processo de ressarcimento das despesas da participação
180 da delegada Luciana de Paiva Tamborlim Quezine pela ausência não justificada na Conferência:
181 Foi dado ciência ao conselho que a Sra. Luciana foi comunicada da necessidade do
182 ressarcimento ao FEAS e que, tendo em vista que a mesma não efetuou este ressarcimento o

183 valor da dívida será encaminhado à inspetoria geral de arrecadação do setor de dívida ativa da
184 SEFA para cadastramento em dívida ativa.

185 Foi aberto debate sobre o tema, tendo em vista que além do cadastramento em dívida ativa
186 existe a possibilidade do conselho deliberar por uma advertência escrita para a Sra. Luciana
187 pela falta de execução do ressarcimento mesmo tendo assinado um termo onde se comprometia
188 de fazê-lo no caso da qual a sua justificada não foi suficiente para ser aceita pelo CEAS.

189 **PARECER DA COMISSÃO: Ciente do cadastramento em dívida ativa, e encaminhamento**
190 **de ofício à Sra. Luciana com cópia ao CMAS do Município de Atalaia informando deste**
191 **cadastramento. Parecer do CEAS: Aprovamos o encaminhamento de ofício a Senhora**
192 **Luciana com cópia ao CMAS do município de Atalaia.** Protocolado n.º 13.177.189-4:

193 Pequeno Cotelengo do Paraná: A Coordenadora Adjunta da Proteção Social Especial, Sra.
194 Carmen informou que a Associação Pequeno Cotelengo do Paraná é uma das organizações que
195 atuam com o acolhimento institucional atuando em conjunto com o Estado nestas ações. Tendo
196 em vista a necessidade do reordenamento do acolhimento que era executado pela Associação
197 João Ceconello o pequeno cotelengo assumiu 3 novas metas de atendimento, apresentando um
198 novo plano de aplicação para estes novos atendimentos o qual ainda não foi possível ser
199 formalizado pois em conformidade com a Lei Eleitoral é necessário que seja garantida uma
200 contrapartida do plano de aplicação. Neste sentido apesar do plano já estar aprovado, a Sra
201 Carmen submeteu à comissão a necessidade de que o conselho delibere sobre a garantia desta
202 contrapartida e sugere que seja aplicado o percentual de 1%, bem como que delibere sobre a
203 necessidade da adequação do plano de aplicação com a inclusão desta contrapartida para que
204 somente após isto o mesmo possa ser formalizado. **PARECER DA COMISSÃO: Favorável a**
205 **exigência da previsão de uma contrapartida de 1% do valor do plano de aplicação,**
206 **sendo necessário que a entidade proceda a adequação do mesmo. Parecer do CEAS:**
207 **Aprovado. O Conselheiro Leandro** Justificou a ausência da apresentação do balancete na
208 pauta da Comissão de Financiamento. Na verdade, existe a necessidade de se preparar uma
209 capacitação aos novos Conselheiros, permitindo-lhes receber essas informações financeiras com
210 melhor entendimento. Essa medida será levada a efeito na quarta-feira que antecederá a
211 Assembleia de agosto. No seu papel, a **Dra. Danielle M. Vieira** instruiu o plenário que todas as
212 Deliberações do Colegiado passam antes pela Análise do Núcleo Jurídico da Administração da
213 SEDS. *Registrada a chegada dos Conselheiros Marcela e Nircélio Zobot. *Registrada a
214 chegada da representação do Ministério Público – Assistente Social Kate. E Conselheira
215 Eunícia(SEJU): *Registrada a chegada do novo Conselheiro Suplente Ricardo Vilarinho da Costa
216 Regional de Curitiba – Universidade Livre para Eficiência Humana. O referido Conselheiro fez
217 algumas considerações referentes à possível conquista de verbas do âmbito federal e Estadual,
218 que viessem a Beneficiar as pessoas com deficiência do Plano Estadual de Assistência Social.
219 Manifestou-se a Coordenadora Tatiana (Gestão do SUAS) acolhendo a solicitação do
220 **Conselheiro Ricardo**, com a informação de que o assunto poderá ser inserido na próxima
221 adequação do Plano estadual de Assistência Social.***Comissão de Documentação e Rede**
222 **Socioassistencial.** - Relatora-Helena Gimenez. **3.1 Apresentação das demandas de**
223 **trabalho da Comissão:** A Secretária Executiva do CEAS/PR apresentou as demandas da
224 Comissão e os encaminhamentos realizados na última reunião, mais especificamente no que se
225 refere à atribuição do CEAS enquanto instância de análise recursal das Entidades que tiveram as
226 suas inscrições indeferidas ou canceladas pelo CMAS. Foi mencionada a importância do CEAS
227 fortalecer a rede socioassistencial nos municípios. Os conselheiros também tiveram a
228 oportunidade de relatar as suas experiências nos CMAS. **Parecer da Comissão:** Solicita que a
229 Secretaria Executiva encaminhe para conhecimento Notas Técnicas elaboradas pela Comissão,
230 bem como que na próxima reunião do CEAS seja iniciado um estudo sobre as regulamentações
231 e orientações sobre a contratação de equipe técnica pelas Entidades de Assistência Social. Após
232 concluído o Estudo, a Comissão deverá elaborar uma orientação (Nota Técnica) sobre esse
233 assunto. Parecer do CEAS: Aprovado. ***Comissão de Articulação – Relator Conselheiro**
234 **Artur. – Pauta permanente: Educação Permanente do SUAS:** A conselheira Tatiana Possa
235 discorreu sobre a Educação Permanente do SUAS direcionados aos trabalhadores desta área. O
236 Plano Estadual de Capacitação - PEC do SUAS Estado do Paraná está em consonância com o
237 preconizado na Política de Educação Permanente. No PEC estão previstos cerca de mais de 30
238 cursos com financiamento do FEAS, FIA e Governo Federal. Podemos destacar que está em
239 andamento neste momento, o Capacita SUAS destinado a 2.030 trabalhadores do SUAS dos 399
240 municípios do Estado do Paraná. Cursos estes previstos com início para 28.07.14, no entanto,
241 as cinco universidades que assinaram o termo de cooperação técnica financeira, a saber: UEL,
242 UEM, UEPG, UNICENTRO e UNIESTE estão nos encaminhando até dia 18.07, o posicionamento
243 da Universidade com relação a execução da data prevista sendo que já tendo confirmado a

244 execução na data prevista a UEL e UNICENTRO. Tendo em vista o atraso nos processos
245 licitatórios das universidades relacionados a alimentação, acarretará possível atraso na
246 execução. Foi citado que o valor per capita para o Capacita SUAS é no valor de R\$ 720,00 por
247 aluno para custear a logística e os professores que ministrarão os cursos. Os municípios estarão
248 arcando com as despesas de deslocamentos dos profissionais até os polos de execução
249 previstos pelas Universidade. Os demais cursos previstos no PEC estão sendo firmados parceria
250 para sua execução até o período de 2015. Informa ainda que o núcleo de educação permanente
251 do SUAS no estado do Paraná, já está em processo final de tramitação. **Parecer da Comissão:**
252 ciente do conteúdo apresentado e da alteração da data prevista para o início dos cursos do
253 Capacita SUAS. **Parecer do CEAS: Ciente. Pauta permanente: Vigilância Socioassistencial:**
254 A técnica da Gestão do SUAS Tatiani Macarini fez um panorama geral e sintético acerca da
255 vigilância socioassistencial, incluindo a seguinte temática: a) Marco Legal, b) Conceito, c)
256 Gestão do SUAS x Vigilância socioassistencial, d) Apresentação das Notas Técnicas: Nota
257 Técnica 01 – Conceitos da Vigilância Socioassistencial e Nota Técnica 02 – Instrumentos da
258 Vigilância Socioassistencial. Referente ao Marco legal afirmou que a Vigilância Socioassistencial
259 consta na Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 como uma função da Assistência
260 Social. Com a Revisão da LOAS 2011 (Lei 12.435) foi incluída como Objetivo da Assistência
261 Social e com a Aprovação da NOB – Resol. 33/2012 (Art. 87 a 94) ganhou destaque na Política
262 da Assistência Social e a partir da NOB/2012 vem se trabalhando no intuito de implantar e
263 sedimentar a vigilância no País, Estados e municípios. Informou que por ser muito recente,
264 carece de legislação específica e estão aguardando a divulgação da Portaria acerca da
265 constituição da equipe e demais materiais em fase de elaboração no MDS. Referente ao conceito
266 apresentou o art. 90 da NOB/SUAS esclareceu que é uma área responsável pela produção e
267 disseminação de informações, possibilitando conhecimentos que contribuam para a efetivação
268 do caráter preventivo e proativo da política de assistênciasocial, assim como para a redução
269 dos agravos, fortalecendo a função de proteção social do SUAS. Fez um panorama dizendo que
270 a vigilância tem papel estratégico na gestão e está vinculada ao órgão gestor da política da
271 assistência social nas três esferas de governo. Na sequência apresentou sobre a estrutura da
272 Vigilância na Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS e dada a
273 complexidade citou que está subdividida em duas áreas, a saber: 1. Assessoria Técnica em
274 Vigilância Socioassistencial: a qual está constituída como subdivisão da Gestão do Suas e suas
275 ações congregam a assessoria técnica aos municípios voltada aos instrumentos da vigilância,
276 instrumentos de gestão, elaboração de notas técnicas, implantação da vigilância nos municípios,
277 webs conferências e 2. Elaboração de estudos, diagnósticos e sistemas de monitoramento
278 voltada a elaboração de estudos, diagnósticos, análise de indicadores e outros realizados pela
279 assessoria técnica da GI. Na sequência apresentou as Notas Técnicas sobre: Conceitos da
280 vigilância para os novos conselheiros e sobre os Instrumentos da Vigilância Socioassistencial.
281 Também esclareceu quanto ao conteúdo e estrutura das referidas Notas, bem como o processo
282 de construção, sistematização e elaboração de estudos dos dados e informações extraídos das
283 bases do Censo SUAS e outras fontes. Informou que a data da web conferência foi alterada para
284 o dia 08.10.2014. **Parecer da Comissão:** ciente e aprovou a alteração da data da Web
285 Conferência. **Parecer do CEAS: Ciente, e aprova o parecer da comissão em relação a**
286 **alteração da data da Web. Panorama de preenchimento do Plano de Ação pelos**
287 **municípios:** A conselheira Tatiana Possa apresentou o panorama de preenchimento do Plano
288 de Ação pelos municípios do Estado até a presente data. Destacou que dos 399 municípios, 230
289 já aprovaram seus planos, 58 estão em fase de aprovação pelos CMAS e 111 em fase de
290 preenchimento. Foi informado que a data prevista de encerramento para preenchimento no
291 sistema do MDS é 31.07.2014. **Parecer da Comissão:** ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente.
292 **Resultado da Sistematização das fichas de avaliação da reunião ampliada do CEAS/PR**
293 **ocorrida no dia 06.06.2014.** A Secretária Executiva dos CEAS Helena N. Gimenez apresentou
294 a sistematização das fichas de avaliação da reunião ampliada do CEAS/PR. Do total de 132
295 participantes presentes, apenas 26 entregaram as fichas de avaliação, destes, nenhum
296 considerou péssimo, 7,69% consideraram a carga horária ruim, 57,69% considerou ótimo a
297 relevância do tema, 65% considerou ótimo a clareza e objetividade ao transmitir os conteúdos e
298 o palestrante, 42,30% avaliou como ótima a carga horária, 46,15% considerou o coffee break
299 como nota máxima ótimo e 61,53% acharam ótimo o local de realização da reunião. **Parecer**
300 **da Comissão:** ciente. **Parecer do CEAS: Ciente.** Na sequência, a pedido do Conselheiro
301 Leandro(Assessoria técnica da SEDS), o **Conselheiro José Maia** informou sobre as atividades
302 da sua Secretaria de Estado, no que se refere às articulações com às 7 Universidades públicas à
303 nível acadêmico, pesquisas, Tecpar e Fundação Araucária. Abriu-se um espaço para alguns
304 Conselheiros procederem suas avaliações a respeito da realização da Reunião Ampliada em

305 Curitiba que de uma forma geral foi das mais positivas. Em dado momento, a **Conselheira**
306 **Luciane D' Alécio(OAB-Regional de Campo Mourão)** afirmou sentir-se entusiasmada pela
307 oportunidade de participar desse Colegiado. Esclareceu que as gestões municipais só se
308 justificam se efetivamente mudarem a vida das famílias, devendo ser incutido o
309 empreendedorismo. Mostrou-se impressionada com a narrativa das experiências exitosas do
310 Município de Cascavel, bem como cumprimentou o **Conselheiro Artur(NASA de Foz do**
311 **Iguaçu)** pelo seu desempenho à frente de uma das mesas de trabalho, na Reunião Ampliada.
312 Avaliou Também a **Conselheira Teca**, que esses eventos oportunizam a interação produtiva
313 entre os Conselhos Municipais e o Estado. Elogiou sobremaneira as trocas que são efetivadas.
314 Numa breve definição, o **Conselheiro Leandro Meller(SEDS)**, registrou um efusivo
315 agradecimento dirigido à presidente ADHOC **Inês Roseli Tonello(APAE de Francisco**
316 **Beltrão)**, pelo profícua gestão ora encerrada. Indubitavelmente, o CEAS/PR foi conduzido de
317 forma exemplar por essa Conselheira , traduzindo expressivas conquistas na área da Assistência
318 Social. A Presidente por sua vez, também externou agradecimentos à grande equipe da
319 Secretaria da Família, Secretaria Executiva e Coordenadorias, aos Conselheiros em geral, pelo
320 eficiente compartilhar que culminou pelo magnifico êxito alcançado. **Reunião com o Tribunal**
321 **de Justiça do Paraná sobre a moção de repúdio da X Conferência Estadual de**
322 **Assistência Social encaminhada ao TJ/PR.** A Secretária Executiva dos CEAS Helena N.
323 Gimenez relata que o TJ/PR entrou em contato com a Secretaria Executiva e propôs uma
324 reunião com o CEAS/PR acerca da moção de repúdio apresentada pelos Delegados da X
325 Conferência de Assistência Social. **Parecer da Comissão:** ciente. A comissão sugere a
326 indicação de participação de um conselheiro Gov, um conselheiro da sociedade civil e um
327 representante do FET SUAS para participar da reunião na data a ser apresentada pelo TJ. Foi
328 informado pelo **Conselheiro José Araújo da Silva-(Patorial da Pessoa Idosa)**, que uma
329 nova relação está para ser estabelecida, visando esclarecer situações entre o Poder Judiciário e
330 a Assistência Social, fato esse determinado por uma deliberação do Conselho Nacional de
331 Justiça. Já o **Conselheiro Denis** referiu-se à moção de repudio da Xª Conferencia Estadual de
332 Assistência Social a ser abordada nessa reunião com o Tribunal de Justiça(Verificar a
333 possibilidade de serem aumentadas as vagas). Como Conselheira e representante da OAB, a
334 **Dra. Luciane M. D'Aleao** prontificou-se a participar desse encontro. Objetivando colaborar, o
335 **Conselheiro Denis Musial(Regional de Irati)** informou que os nove Municípios da sua
336 Região, possuem um grupo de estudos dos trabalhadores do CREAS. São Várias publicações que
337 poderão subsidiar essa reunião. Esclareceu o **Conselheiro Leandro**(Assessoria Técnica da
338 SEDS) que o ofício encaminhado solicita o agendamento de um encontro com a presidência do
339 Conselho. Foram sugeridas mais 4 participantes:OAB-CRESS-Sindicatos, podendo a Sociedade
340 Civil proceder tais indicações completando com mais dois representantes do Governo-
341 (Conselheira Luciana, representando os Escritórios Regionais da SEDS. A Conselheira Elenice
342 Malzoni(Coord. Da PSE-SEDS) relatou que muitas denúncias são recebidas referentes a CREAS,
343 sendo que os CRAS apresentam outros desvios. Assim, tanto a Coordenadoria de Proteção
344 Social Básica quanto a Especial, poderão conseguir garantir o funcionamento adequado dos
345 equipamentos nos Municípios. A técnica Marcia Mazarotto expôs que essas discussões já
346 acontecem no COGEMAS, assim talvez integrar nessa equipe alguém responsável pela gestão.
347 Dando uma atenção especial à questão, o **Conselheiro Leandro Meller**(Assessoria Técnica da
348 SEDS) considerou tirar essas representações naquele momento e proceder um informe para a
349 Presidência do COGEMAS fazer o mesmo. ***Indicados – Conselheiros Denis e Luciane**
350 **D'Alecio(Sociedade Civil). -Conselheira Luciana e Tatiana**(Segmento Governamental).
351 **Parecer do CEAS:** Designa para participar da reunião as conselheiras governamentais Tatiana
352 Possa e Luciana Silvestre e os conselheiros da Sociedade civil Luciane D'Alecio e Denis Musial,
353 bem como, o encaminhamento de ofício ao FETSUAS e ao Cogemas para a designação de
354 representantes dessas Instâncias para compor o colegiado. Na sequência dos trabalhos, o
355 plenário teve a oportunidade de conhecer a nova **Conselheira Mary Stela Bischof**,
356 representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento- SEAB. Engenheira
357 Agrônoma da EMATER, a Conselheira declarou participar também do Conselho Estadual de
358 Segurança Alimentar – CONSEA. Assegurou estar bastante motivada, para mobilizar a
359 integração da área social com a Agricultura Familiar. Ao mesmo Tempo, solicitou colaboração
360 para poder se inteirar dos trâmites desse Conselho (CEAS/PR). Considerando-se uma agrônoma
361 social, Mary Stela expôs que também atua com o Programa Brasil sem Miséria. ***Posse dos**
362 **novos Conselheiros da Sociedade-Civil.** Conforme determinado anteriormente, a Assembleia
363 Ordinária foi momentaneamente interrompida com a chegada da Senhora Secretária de Estado
364 da Família e Desenvolvimento Social, **Fernanda Richa**, que visitava o CEAS/PR com a
365 finalidade de empossar os novos Conselheiros da Sociedade Civil eleitos nas Assembleias

366 Regionais, para o Biênio 2014-2016. Integrando a Mesa Diretora, a Presidente ADHOC Inês
367 Roseli Tonello(APAE de Francisco Beltrão) e Leandro M. Meller(SEDS) receberam a
368 Secretária de Estado com rápidas saudações. Representando os segmentos de usuários,
369 trabalhadores do setor e entidades prestadoras de serviços, os Conselheiros Titulares e seus
370 representativos Suplentes já se encontravam nomeados através do **Decreto nº11.431, de 24**
371 **de junho de 2014**, assinados pelo Senhor Governador do Estado, **Carlos Alberto Richa** e
372 publicado no **Diário Oficial nº9232** do mesmo dia. A ata referente a esse momento solene foi
373 lida pela servidora Regina Amasiles Rodrigues Costa, integrante da Secretaria Executiva Do
374 CEAS/PR, e foi assinada pela Secretária Fernanda Richa, a Presidente ADHOC Inês Roseli
375 Tonello, a Secretária Executiva do CEAS/PR, Helena Navarro Gimenez, e por todos os
376 Conselheiros empossados naquela oportunidade, assinaturas essas constantes de um livro
377 especial que contém os termos de posse ao longo dos anos. O Ato formal foi encerrado com as
378 palavras entusiastas da Secretária da Família Fernanda Richa, que destacou o avanço ocorrido
379 nas ações dessa Política no Estado, na verdade um trabalho sério e coeso, desenvolvido de
380 forma conjunta entre governo e Sociedade Civil. Presentes no auditório da SEDS, a posse foi
381 prestigiada por Coordenadores de área e técnicos da SEDS, convidados e ouvintes. Cientes das
382 suas funções que deverão ser desempenhadas com honra, dedicação, comprometimento e
383 lealdade, os Conselheiros foram assim empossados na forma da lei. ***Continuidade de**
384 **Assembleia *Comissão de acompanhamento aos Conselhos Municipais** – relatora Helena
385 Navarro Gimenez, **5.1 Apresentação do Plano de Acompanhamento do CEAS aos CMAS:**
386 A Secretária Executiva encaminhará por email o Plano de Acompanhamento aos membros da
387 Comissão, para conhecimento e possíveis adequações na próxima reunião da Comissão.
388 **Parecer do CEAS: Ciente. 5.2 Ofício nº18/2014/CAC/PRES/CNAS/MDS: Solicita**
389 **providências e acompanhamento junto aos municípios da região de Cascavel com**
390 **funcionamento irregular do CMAS:** O CNAS através do ofício supracitado, solicita
391 acompanhamento do CEAS aos CMAS de Diamante do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon,
392 Mercedes, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado e São
393 Pedro do Iguaçu, em virtude do resultado do preenchimento do Censo Conselhos 2012 pelos
394 municípios citados. **Parecer da Comissão:** Encaminhar ofício aos municípios solicitando
395 documentações que comprovem o funcionamento do CMAS. Aos municípios que apresentam
396 pendências com relação à alocação de recursos para o funcionamento do Conselho e repasse de
397 recursos às entidades, deverá ser solicitada a LOA, cópia do Balancete do FMAS, lista de entidades
398 conveniadas e cópias das Deliberações. Aos municípios que apresentaram pendências somente
399 em relação ao funcionamento do Conselho, deverá ser solicitado cópia da Lei de criação, cópia
400 da publicação do Decreto de nomeação do atual mandato e Atas das 3 últimas reuniões. Os
401 municípios terão o prazo de até 10 dias para resposta, contando a partir do recebimento do
402 ofício do CEAS. **Parecer do CEAS: Aprovado. Inclusão de Pauta: Conselho Municipal de**
403 **Assistência Social – CMAS de Marialva.** A Secretária Executiva do CEAS relatou que no ano
404 de 2014, 9 municípios não preencheram o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS. Essa
405 situação foi discutida na CIB e foi solicitado aos municípios que regularizassem essa pendência,
406 tendo em vista que a não elaboração do PMAS fere o Artigo 30 da LOAS. Dos 9 municípios, 8
407 elaboraram o Plano, com exceção do município de Marialva que justificou não ter condições de
408 elaborar o referido Instrumento. Assim, em última reunião da CIB, realizada no dia 15/07, foi
409 pactuado que o município deverá ser novamente notificado quanto à necessidade de elaboração
410 do PMAS e que o CEAS deveria acompanhar o funcionamento do CMAS do referido município,
411 tendo em vista que esta Instância não se pronunciou em relação ao preenchimento. **Parecer da**
412 **Comissão:** Encaminhar ofício ao município solicitando o encaminhamento da Lei de criação do
413 CMAS, Decreto de nomeação do atual mandato do Conselho e cópia das 3 últimas Atas das
414 reuniões do CMAS. O CMAS também deverá ser orientado quanto às penalidades do não
415 cumprimento do Art. 30 da LOAS. Na próxima reunião também deverá ser pautado o
416 questionário do Censo Conselhos 2013, e a partir da análise do formulário, a Comissão irá
417 extrair as questões principais que possam identificar o funcionamento efetivo da Instância e
418 assim, iniciar um processo de monitoramento com auxílio do Escritórios Regionais e análise do
419 Censo Conselhos 2013. **Parecer do CEAS: Aprovado. *Intervalo para o almoço. *Retomada**
420 **dos Trabalhos às 13h30 min.** Como primeiro item, a coordenadora da Proteção Social Especial,
421 Conselheira Elenice Malzoni, usou da palavra, apresentando a contextualização e conteúdo das
422 Resoluções que necessitam de aprovação. O Estado do Paraná vivencia uma situação atípica, já
423 que 50% dos Municípios encontram-se em situação de calamidade pública e emergência, devido
424 às fortes chuvas que assolaram diversas regiões(Dias 6, 13 e 27) União da Vitória é o Município
425 que detém o maior número de desabrigados, cujas casas encontram-se inteiramente
426 submersas. Em tela, foram projetados os nomes dos Municípios em estado de emergência,

427 cujas situações estão contidas nas Resoluções nº125-138-144-157-161. Anunciou-se a ação
428 urgente da Secretaria da Família que dispôs 11 milhões de reais, sem entraves burocráticos.
429 Aliado a isso, foi criado um termo de adesão e hoje discute-se cadastrar as Famílias e deliberar
430 com os CMAS toda a aplicabilidade e o direcionamento.(elaborar plano de aplicação, abrir conta,
431 colocar o objeto da solicitação de forma diferente). Solicitou-se que as Resoluções fossem
432 baseadas nos registros das famílias pela Defesa Civil. As calamidades não podem esperar,
433 porém nesse trâmites é fundamental observar-se a parte legal. Segue-se uma lógica e as
434 deliberações só podem acontecer através de reuniões do Conselho. Referiu-se à Resolução
435 nº02/2014, a qual foi construída integralmente seguindo as normativas(estabelecido o per
436 capita de R\$400.00 por família, (4 pessoas) de acordo com a Defesa Civil dos Municípios). Foi
437 lembrado que a cada 2º feira é feita uma avaliação, onde são incluídos outros Municípios que
438 comporão a nova Resolução. A de nº02, por exemplo, traz a possibilidade de proceder
439 antedimento as famílias desalojadas, desabrigadas e atingidas, podendo ser paga hora extra
440 para os profissionais que atuaram no atendimento dessas famílias. Todos os atos "Ad
441 Referendum" da Presidência deverão ser aprovados pelo Conselho, na sequência. A Conselheira
442 Elenice ainda informou que os gestores serão capacitados no sentido de construir abrigos,
443 banheiros, chuveiros e a parte de segurança será uma ação intersetorial. As áreas atingidas
444 foram mapeadas pois chuvas com essa intensidade não ocorriam há cerca de 30 anos. Assim,
445 iniciar um trabalho de prevenção e organização desses serviços. Por outro lado, os Municípios
446 também deverão ser orientados a acessar o que lhes é de direito, através dos recursos do
447 Governo Federal. Foi questionado pelo **Plínio**, se a Defesa Civil já contava com um plano
448 elaborado. Completou a **Coordenadora Elenice**, informando que será possível contatar o
449 Coronel Barros e pautar esse assunto para a próxima reunião, já que 269 Municípios já possuem
450 o Plano da Defesa Civil. Desde logo, o **Conselheiro Leandro**(SEDS) esclareceu que 152
451 Municípios já tem as suas emergências constantes em decreto, porém terão que também
452 preencher o Sistema de defesa Civil. Esses dois requisitos atendidos permitirá o recebimento do
453 co-financiamento. A Resolução nº02/2014 CEAS , já validada pelo Núcleo Jurídico da SEDS, foi
454 apresentada ao plenário e foi considerada APROVADA, com os agradecimentos da mesa Diretora
455 dirigidos à equipe da PSE, Escritórios Regionais, Técnicos, Gestores e Voluntários. Num rápido
456 intervalo, os Conselheiros entoaram o Parabéns a você, em comemoração ao aniversário do
457 Conselheiro Vanderlei:(Regional de Cascavel). No momento seguinte, a presidente ADHOC **Inês**
458 **Roseli Tonello** informou que a Assessoria Técnica na pessoa do **Conselheiro Leandro**,
459 disponibilizou um exemplar do Plano Decenal do CEDCA para cada Conselheiro, um documento
460 construído por muitas mãos para o bom atendimento desse público beneficiário(crianças e
461 adolescentes). O inteiror do Estado poderá ser informado através do trabalho dos Núcleos
462 Regionais. ***Comissão Temáticas de Políticas Sociais. -Relatora – Conselheira Mileny –**
463 **Apoio Técnico:Ricardo(SEDS) – – Reconsideração de inabilitação para a construção do CRAS**
464 dos municípios de Colombo (Prot. 13.025.416-0) e Japurá (Prot. 13.010.664-1). A CPSB
465 apresentou o pedido de reconsideração dos municípios de Colombo e Japurá para a Expansão
466 2014 de Construção de CRAS, que foram inabilitados. A Comissão entendeu que houve equívoco
467 por parte do município no encaminhamento de ofício e reconsiderou os processos. Em tempo, a
468 CPSB apresentou o processo do município de Santa Mônica (Prot. 13.021.663-3) anteriormente
469 desabilitado pelo CEAS/PR, por não ter apresentado a Certidão Negativa de Débitos
470 Trabalhistas. Após contato realizado pelo Escritório Regional de Paranavaí/SEDS, verificou-se
471 que a mesma constava no processo, conforme a folha 36 do mesmo. **Parecer da Comissão:**
472 **Aprovado a habilitação dos processos de Colombo, Japurá e Santa Mônica. Parecer do**
473 **CEAS: Aprovado. Classificação dos municípios habilitados para a construção de CRAS.**
474 Estudo apresentado pela CPSB/SEDS, com a classificação dos municípios habilitados para a
475 Expansão de CRAS 2014, conforme o Edital nº 15/2013 da SEDS e minuta de deliberação.
476 **Parecer da Comissão: Aprovada a classificação dos municípios e a minuta para a**
477 **deliberação. Parecer do CEAS: Aprovado. Protocolo 11.371.165-5 - Construção de**
478 **CRAS do Município de Iguaraçu.** A CPSB apresentou o processo, considerando o disposto na
479 legislação eleitoral e no artigo 42 da Lei Responsabilidade Fiscal, não poderá ser firmado
480 convênio neste ano. Solicita a destinação de recursos para a efetivação em 2015. **Parecer da**
481 **Comissão: Aprova a previsão no Plano de Ação de 2015. Parecer do CEAS: Aprovado.**
482 **Protocolo 11.449.230-2 - Construção de CRAS no município de Engenheiro Beltrão.** A
483 CPSB apresentou o processo, considerando o disposto na legislação eleitoral e no artigo 42 da
484 Lei Responsabilidade Fiscal, não poderá ser firmado convênio neste ano. Solicita a destinação
485 de recursos para a efetivação em 2015. **Parecer da Comissão: Aprova a previsão para**
486 **Plano de Ação 2015. Parecer do CEAS: Aprovado. Protocolo 11.941.418-0 - Construção**
487 **de CRAS no município de Congonhinhas.** A CPSB apresentou o processo, considerando o

488 disposto na legislação eleitoral e no artigo 42 da Lei Responsabilidade Fiscal, não poderá ser
489 firmado convênio neste ano. Solicita a destinação de recursos para a efetivação em 2015.

490 **Parecer da Comissão: Aprova a previsão para Plano de Ação 2015. Parecer do CEAS:**
491 **Aprovado. Serviço de Acolhimento de Adultos e Famílias:** A CPSE apresentou as
492 informações referentes ao aceite estadual para oferta do Serviço de Acolhimento Institucional
493 de Adultos e Família e reforço sobre a necessidade do aceite para o cofinanciamento do mesmo.
494 Também apresentou minuta de deliberação do CEAS/PR para o aceite estadual. **Parecer da**
495 **Comissão: Aprova o aceite e a minuta de deliberação. Parecer do CEAS: Aprovado. Serviço**
496 **Regionalizado de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens.** A CPSE apresentou
497 as informações referentes ao aceite estadual par a oferta do Serviço de Acolhimento
498 Institucional de Crianças, Adolescentes e Jovens e reforço sobre a necessidade do aceite para o
499 cofinanciamento do mesmo. Também apresentou minuta de deliberação do CEAS/PR para o
500 aceite estadual. **Parecer da Comissão: Aprova o aceite e a minuta de deliberação.**
501 **Parecer do CEAS: Aprovado. Protocolo 13.185.257-6 – Desistência do município de**
502 **Adrianópolis do Programa Família Paranaense.** A UTPFP apresentou o ofício do município
503 de Adrianópolis com a solicitação de desistência do Programa Família Paranaense e resolução do
504 CMAS ratificando a desistência. **Parecer da Comissão: Ciente quanto a informação de**
505 **desistência do município de Adrianópolis como município prioritário do Programa**
506 **Família Paranaense. Favorável a inclusão do município de Bom Sucesso do Sul na**
507 **modalidade de município prioritário Programa Família Paranaense, em substituição ao**
508 **município de Adrianópolis. Parecer do CEAS: Aprovado. Minuta de Deliberação –**
509 **Substituição do município de Adrianópolis,** A UTPFP apresentou minuta de deliberação que
510 referenda a desistência do município de Adrianópolis e a substituição pelo município de Bom
511 Sucesso do Sul. **Parecer da Comissão: Favorável. Parecer do CEAS: Aprovado. Minuta de**
512 **Deliberação - Altera a deliberação 042/2013 CEAS/PR.** A UTPFP apresentou a minuta de
513 Deliberação e explanou sobre a necessidade de exclusão da alínea C, do inciso II, Artigo 10, da
514 Deliberação nº042/2013 CEAS/PR, conforme estudos e argumentos apresentados pela Unidade
515 e CPSE. **Parecer da Comissão: Aprova a minuta de deliberação. Parecer do CEAS:**
516 **Aprovado. Panorama do pagamento do Renda Família Paranaense:** A UTPFP informa que
517 no mês de junho 99.452 famílias foram beneficiadas com o Renda Família Paranaense,
518 totalizando R\$ 3.150.814,00. No mês de julho 98.668 famílias receberam o benefício,
519 totalizando R\$ 3.053.694,00. Os conselheiros foram informados de que todas as informações
520 referentes ao Renda Família Paranaense estão disponibilizadas no site da SEDS. **Parecer da**
521 **Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Panorama do Incentivo Família**
522 **Paranaense.** A UTPFP apresentou panorama de pagamento do Incentivo Família Paranaense,
523 no qual 92 municípios já receberam a primeira parcela, sete municípios não fizeram a adesão e
524 um município aguarda ajuste no processo para pagamento. **Parecer da Comissão: Ciente.**
525 **Parecer do CEAS: Ciente. Plano Estadual LGBT:** A ATGI realizou a apresentação do Plano
526 Estadual LGBT para a Comissão com os seguintes encaminhamentos: divulgação no site dos
527 conselhos pertinentes a SEDS da possibilidade de participação da comunidade LGBT enquanto
528 sociedade civil; levantamento com a Secretaria Executiva do CEDCA/PR das linhas de ação
529 desta temática, levantadas na Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
530 divulgar webconferência para os Fóruns da Assistência Social; e levantar por meio dos
531 Escritórios Regionais da SEDS quais as organizações LGBT existentes no Estado. **Parecer da**
532 **Comissão: Ciente e aprova os encaminhamentos apresentados. Parecer do CEAS:**
533 **Aprovado. Informe: Decreto Estadual 11.346/14:** A UTPFP informou aos conselheiros
534 sobre o Decreto Estadual 11.346/14 que altera alguns artigos do Decreto 9568/2013, que
535 regulamenta o Renda Família Paranaense. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS:**
536 **Ciente. Informe: divulgação das famílias beneficiárias e das famílias que não sacaram**
537 **o Renda Família Paranaense:** A UTPFP informou que no mês de junho encaminhou as
538 informações aos Escritórios Regionais, que repassaram aos seus respectivos municípios a
539 relação de famílias que não sacaram o benefício. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do**
540 **CEAS: Ciente. Informe: videoconferência realizada sobre o Incentivo Família**
541 **Paranaense:** A UTPFP realizou no dia 18 de junho de 2014, uma videoconferência com 100
542 municípios prioritários de 2013 e as equipes regionais da SEDS a respeito do Incentivo Família
543 Paranaense, orientando-os sobre os critérios para acesso na segunda parcela do Incentivo.
544 **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Informe: entrega de cartões**
545 **pactuados Bolsa Família/Renda Família Paranaense.** A UTPFP informou que no mês de
546 junho de 2014, conforme acordado com a Caixa Econômica Federal, foi entregue via correio, o
547 cartão pactuado: Programa Bolsa Família e Renda Família Paranaense às famílias beneficiárias.
548 Juntamente com o cartão, a família recebe informações sobre o Renda Família Paranaense e de

549 como desbloquear e utilizar o cartão. **Parecer da Comissão: Ciente.** Parecer do CEAS: Ciente.
550 Em seguida, o **Conselheiro Leandro Meller** resolveu informar o plenário que tanto o
551 CEDCA/PR quanto o CEAS/PR, já deliberaram pelo repasse de recursos dos seus Fundos, a
552 serem direcionados para uma ampla reforma no 7º andar, que englobará equipamentos para
553 Video-Conferência, sala de distribuição, computadores, microfones, etc, permitindo que as
554 Assembleias ali realizadas possam ser acompanhadas ao vivo pelos 23 Escritórios Regionais da
555 SEDS, 18 Centros de Sócio-Educação e 8 Unidades de Semi-Liberdade. Custo total – cerca de 6
556 milhões de reais(CEAS/PR R\$700,000,00 – CEDCA – 3 milhões e 200 mil reais). O processo já
557 está tramitando e aguarda-se o período eleitoral para iniciar a licitação. *Item 8: Indicação de
558 dois Conselheiros da Sociedade Civil para acompanhar as Reuniões bimestrais da CIB e Câmara
559 Técnica de reordenamento e regionalização. ***Conselheiros: Araujo e Mileny(indicados)**
560 ***Em votação : Araujo** -13 votos Mileny 11 votos abstenções 03. *Indicação de Conselheiros
561 para participar da organização da Política de Assistência Social e da Criança, no estado do
562 Paraná. - Sociedade Civil – Inês Roseli Tonello e Paulo Silvério Pereira – Governamental –
563 Conselheira Tatiana Possa. *Item 8.3 – Ofício nº006/2014, procedente do Núcleo Estadual Inter
564 setorial de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e da Cultura da Paz- Indicadas as
565 Conselheiras Eunícia(SEJU) e Gladys(SEDS) – Aprovado. *Ofício nº13/2014 – FOREAS-
566 Representantes do Conselho nas reuniões – Indicados os Conselheiros Leandro e Técnico
567 Ricardo – APROVADO. *Reunião do FONACEAS de 19 a 22 de agosto/14, em Cuiabá. São
568 convidados a Presidência, Vice-Presidência e Secretária Executiva do CEAS/PR. Para
569 conhecimento de todos, a Conselheira Roseli Tonello que detinha a responsabilidade da
570 Coordenadoria de Relações Institucionais (Região Sul) no FONACEAS, informou que outras
571 quatro compõem esse Fórum: a de Vigilância(Mato Grosso do Sul), a de Pesquisa(Rio Grande do
572 Norte), comunicação(Sudeste), Coordenação geral(Região Nordeste-Bahia) – convocações a
573 cada três meses, as indicações serão realizadas na próxima reunião do CEAS. **O Plano**
574 **Estadual de Assistência Social 2014-2015** – Conselheira Tatiana(SEDS). Os Conselheiros
575 foram orientados para proceder a leitura desse documento, cuja explanação será levada a efeito
576 na capacitação aos novos conselheiros a ser realizada na próxima Assembleia, ocasião em que
577 será possível dirimir as possíveis dúvidas. *Pedido de Previdência do CEAS/PR ao CEDCA. Em
578 dado momento, o Conselheiro Leandro Meller(Assessoria Técnica da SEDS) relatou que também
579 integra o CEDCA/PR e nesse Colegiado existe uma deliberação dentro dos recursos do FIA.
580 Trata-se de taxas do DETRAN recolhidas do pagamento referente a escolhas de placas, cujo
581 montante é aplicado no financiamento de ações, que beneficiem crianças e adolescentes. Hoje,
582 o FIA possui recursos da ordem de 80 milhões de reais ainda não deliberados, e mês a mês, são
583 recebidos inúmeras solicitações de ajuda. Trata-se de uma situação preocupante, uma vez que
584 projetos são negados e muitas vezes ignorados-se as reais necessidades. Diante disso, pensou
585 em levar esse assunto para a pauta do CEDCA, na próxima semana ou mesmo expedição de um
586 ofício ao Colegiado. Vale dizer que a soma de tais recursos, ano a ano, está se transformando
587 em superávit. Na atualidade, existem 417 entidades que atuam com pessoas com
588 deficiências e no CEAS/PR algumas delas estão representadas. Há pois, necessidade de se
589 fazer um estudo, acerca da realidade dos projetos já existentes, visando atender e cumprir
590 objetivamente os propósitos estabelecidos. A **Conselheira Luciana(Esc. Reg. De Ponta**
591 **Grossa)** buscou esclarecer que nos Municípios não existe uma Secretaria que atenda
592 especificamente crianças e adolescentes. Sendo assim, seria plausível ampliar um momento de
593 debate das duas Políticas, garantindo esse atendimento nos Municípios. Visando esclarecer a
594 sua ideia, O Conselheiro Leandro pontuou que o seu intuito seria apenas solicitar que fossem
595 ampliadas as ações direcionadas a crianças e adolescentes, olhando com carinho para essas
596 entidades nos Municípios. Em decorrência dessas falas, alguns Conselheiros manifestaram
597 preocupação acerca dos termos que seriam utilizados nesse ofício dirigido ao CEDCA.
598 Compartilhando suas vivências, Plínio Marcondes Madureira (Regional de Jacarezinho) afirmou
599 que tais recursos são um bem público e as ações precisam ser executadas, sem sobrar dinheiro
600 de uma mês para o outro. Todos tem o dever de provocar as ações. Mesmo que ainda não
601 saiam documentos, é hora de serem deflagradas discussões sérias com o CEDCA. Na sequência,
602 o **Conselheiro Paulo Silvério Pereira(APAE de Iporã)** relatou ter participado de reunião
603 com o juizado, ocasião em que foram questionadas as estruturas dos abrigos. Existem
604 entidades passando inúmeras dificuldades, para as quais tais recursos seriam fundamentais.
605 Alertar os gestores, já que existe o princípio da prioridade absoluta. Apontou dois prováveis
606 caminhos: efetuar esse registro e estimular a elaboração de projetos bem orientados.
607 Exercendo a sua função, a **Conselheira Marcela Evangelista(conselheira suplente e**
608 **Coordenadora do Grupo Financeiro da SEDS)** externou que o CEDCA também reben os
609 mesmos balancetes. Desse recurso, 160 milhões de reais já estão deliberados aguardando

610 apenas alguns documentos para serem liberados. O saldo existente está em torno de 80
611 milhões de reais com o superavit do ano passado, sendo difícil aprovar novas linhas. Enfatizou
612 que muita coisa já foi conquistada, a exemplo dos 10 milhões de reais destinados às APAES.
613 Torna-se plausível solicitar ajuda, que se sensibilize entendendo que a prevenção deve ser
614 inserida no processo todo, com a necessária priorização. Ao participar de uma Assembleia do
615 CEDCA será possível visualizar que a preocupação dos Conselheiros é a mesma: a transparência
616 do processo existe, porém a burocracia também. Sugeriu o agendamento de uma pauta no
617 CEDCA, ocasião em que seria possível reforçar que o CEAS/PR também tem recebido
618 solicitações de atendimento e planejar ações voltadas para a prevenção, após estudo a ser
619 discutido na Câmara de Políticas. ***Encaminhamento:** A representação desse Conselho
620 acompanhará as Assembleias do CEDCA, trazendo sugestões para a pauta. É possível também
621 planejar uma Reunião Ampliada, com a participação dos 2 Conselhos. Segundo a **Conselheira**
622 **Roseli Tonello**, já se teve algumas conversas prévias amigáveis e baseados no trabalho
623 continuo executado pelo Plínio, sem dúvidas será possível avançar nessa perspectiva. Na
624 verdade, as entidades precisam também oferecer serviços de qualidade. Declarou considerar
625 pertinente que essa preocupação fique com todos, entendendo que é preciso avançar.
626 **Informes Gerais:** Iniciando os informes, a Conselheira Elenice(PSE) relatou sobre o aceite do
627 credenciamento, visando acolher os últimos cinco acolhidos da entidade Padre João Ceconello.
628 Das 86 pessoas remanejadas já foram firmados os convênios, uma vez que os contratos
629 emergenciais vencem em 180 dias. Deve-ser ressaltado que todos encontram-se bem
630 adaptados e desfrutando de um outro tipo de vida. 2º) **Planos Municipais de atendimento**
631 **Sócio Educativo.** Em reunião com os Escritórios Regionais, os Municípios serão orientados para
632 elaborar seus planos sócio-educativos. Conseguiu-se junto ao CEDCA, os recursos que irão
633 possibilitar que as cinco Universidades Estaduais, prestem assessoria para os gestores
634 desencadearem esses Planos. 3º) **Plano de acolhimento** referente ao reordenamento de
635 adolescentes jovens. Somente para os 107 municípios que fizeram o aceite desses
636 serviços(Financiamento de R\$250,00 por criança do FEAS) 4º) Já saiu o credenciamento para as
637 residenciais inclusivas. A coordenadora Gladys(PSB) fez algumas referencias ao pagamento dos
638 serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.(o prazo fechado em 16/06 – a capacidade
639 do Estado é para 379 Municípios). Num breve momento, a Conselheira Delvana(SEED) solicitou
640 um espaço na 4º feira, para abordar as orientações a serem repassadas sobre o processo de
641 acompanhamento da frequência, escolar no "Programa Bolsa Família" Vencida a pauta do dia, a
642 Presidente AD HOC **Inês Roseli Tonello** agradeceu a todos os presentes pelo
643 comprometimento expressivo em prol da Assistência Social no Estado. A presente ata foi
644 gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada e formatada por
645 Lucas Calisto, sendo a Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.